

Caio Prado Jr. e Antonio Gramsci: uma relação inexistente? ¹

Bernardo Ricupero

Professor do Departamento de Ciência Política
da Universidade de São Paulo (USP)

¹ Este trabalho foi originalmente apresentado no Colóquio “Gramsci: a centralidade da política”, realizado em São Paulo, em novembro de 2015.

Caio Prado Jr. e Antonio Gramsci: uma relação inexistente?

Resumo: Apesar do desconhecimento mútuo, Antonio Gramsci e Caio Prado Jr. fazem uso parecido do marxismo, entendido fundamentalmente como método para interpretar as formações sociais. Ambos traduzem as categorias do materialismo-histórico para analisarem a Itália e o Brasil, países que passaram por experiências históricas muito diferentes da Inglaterra da segunda metade do século XIX que Karl Marx analisou. Destacam, em especial, como seus países foram marcados pelo que se chamou de revoluções pelo alto. Levando isso em conta, o artigo compara a interpretação dos dois marxistas nas análises do desenvolvimento do capitalismo na Itália e no Brasil.

Palavras-chave: 1. Antonio Gramsci; 2. Caio Prado Jr.; 3. Marxismo.

Caio Prado Jr. and Antonio Gramsci: an inexistent relationship?

Abstract: Despite their mutual unawareness, Antonio Gramsci e Caio Prado Jr. show a similar use of Marxism, essentially understood as a method to interpret the social formations. Both translate the categories of historical-materialism in order to analyze Italy and Brazil, which were countries that underwent historical experiences very different from the England of the second half of the 19th century as analyzed by Karl Marx. They highlight, particularly, how their countries were marked by what were called revolutions from above. Taking this into account, the article compares the interpretation of both Marxists in the analyses of the development of capitalism in Italy and Brazil.

Keywords: 1. Antonio Gramsci; 2. Caio Prado Jr.; 3. Marxism.

Caio Prado Jr. não demonstrou maior interesse por Antonio Gramsci.² O que é bastante natural. Afinal, a formação intelectual e política do marxista brasileiro se deu quando a obra do marxista italiano ainda não era muito conhecida, antes da publicação, no segundo pós-guerra, dos *Cadernos do Cárcere*. Talvez, ainda mais importante, Caio Prado não foi um escritor que se notabilizou por exhibições de erudição, Fernando Novais (1986) tendo destacado, com razão, que as citações dos clássicos marxistas, tão comuns entre nossos autores esquerdistas, não são frequentes nele.

Mas se é verdade que Gramsci dificilmente poderia ter conhecido a obra de Caio Prado Jr., publicada quando já estava preso, também são quase inexistentes as referências ao Brasil na sua obra. Nos *Cadernos* o país comparece apenas quando pensa os diferentes tipos de intelectuais que podem aparecer em variadas formações sociais. Nota, de maneira genérica, que na América meridional e central, assim como nos Estados Unidos, seriam poucos os intelectuais tradicionais. Mas se na nação de Henry Ford o peso da indústria faria com que quase todos os intelectuais fossem de tipo orgânico, os demais países da América ainda seriam fundamentalmente rurais e atrasados não havendo, portanto, grande espaço neles para intelectuais. Refletindo seu passado colonial, seriam marcados pela Contrarreforma e um militarismo parasitário. No momento em que escrevia, ainda se viveria uma situação análoga ao do *Kulturkampf* alemão e do processo Dreyfus francês, em que se procuraria subordinar os interesses clericais e militares ao laicismo e ao Estado moderno. Exemplos de tal enfrentamento apareceriam no governo Calles no México e no que é chamado, de forma bastante imprecisa, de “insurreições militares-populares na Argentina, no Brasil, no Chile, na Bolívia” (GRAMSCI,

² Sobre o pouco interesse do autor de *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* pelo autor de *Cadernos do Cárcere*, apesar da sua proximidade com Héctor Agosti, um dos principais responsáveis pela introdução de Gramsci na América Latina, ver Pericás (2016).

2001, p. 1529). No caso brasileiro, os *Cadernos* referem-se, de maneira não muito informada, à Revolução de 1930, em que, na verdade, nem a subordinação dos interesses militares nem a dos interesses clericais foi um fator decisivo.

Apesar do desconhecimento mútuo entre Gramsci e Caio Prado Jr. aproximam os dois autores o uso que fazem do marxismo, entendido fundamentalmente como método para interpretar suas formações sociais. Em outras palavras, traduzem as categorias do materialismo-histórico para analisarem a Itália e o Brasil, países que passaram por experiências históricas muito diferentes da Inglaterra da segunda metade do século XIX que Karl Marx analisou.³ Destacam, em especial, como seus países foram marcados pelo que se chamou de revoluções pelo alto. Levando isso em conta, compararei a interpretação dos dois marxistas de como teriam se desenvolvido esses processos na Itália e no Brasil.

Gramsci, ao estudar sua formação social, adota o termo “revolução passiva”, cunhado pelo napolitano Vincenzo Cuoco para se referir à revolução de 1799 na sua cidade, mas esclarece que faz uso dele num “sentido um pouco diverso” (IBID., p. 2011) do original. O historiador conservador vira a revolução de 1799 em Nápoles como uma revolução passiva, realizada por uma burguesia “iluminada”, “racionalista abstrata”, “jacobina”, que imitaria modelos franceses e seria apoiada por exércitos franceses, mas não contaria com mobilização popular.

Também para Gramsci o exemplo jacobino é decisivo, ele equivalendo à referência fundamental a partir do qual entende o caso italiano. Nesse sentido, o jacobinismo passa a ser, como indica Walter Adamson (1980), uma categoria política universalizada, Maquiavel sendo caracterizado até como um jacobino precoce, alguém que, ao advogar pela reforma da milícia, apontaria para a criação de um bloco histórico urbano-rural. Com mais sucesso, os jacobinos teriam sabido ser hegemônicos. Para tanto, realizaram, acima de tudo, a reforma agrária, que garantiria a supremacia de Paris sobre a França rural, contribuindo para fazer da burguesia classe dirigente e acabaria por criar o próprio Estado e a moderna nação francesa.

³ Tratei desse processo, no que se refere a Caio Prado Jr., em Ricupero (2000).

Em contraste, teria faltado à Itália, ao longo de sua história, “uma força *jacobina* eficiente” (IBID., p. 1560). Em outras palavras, não teria aparecido um grupo capaz de ser hegemônico e criar uma vontade nacional-popular, especialmente ao ligar campo e cidade. O momento decisivo para impulsionar tal desenvolvimento seria o da criação da moderna nação italiana: o *Risorgimento*. A questão fundamental seria a da subordinação da esquerda, o Partido da Ação, de Mazzini e Garibaldi, à direita, os moderados, de Cavour e Vittorio Emanuel. Gramsci atribui a capacidade de direção dos moderados a “representarem um grupo social relativamente homogêneo” (IBID., p. 2010), agindo como “intelectuais e organizadores políticos dos chefes de empresa, grandes agricultores, administradores de propriedade, empreendedores do comércio ou da indústria” (IBID., p. 2012). O Partido da Ação, em compensação, não seria expressão de nenhuma classe ou fração de classe, como que flutuando no ar.

A direção moderada faria com que não se tocasse na estrutura fundiária, o que repercutiria também na questão regional, a unificação não se dando em bases igualitárias, mas com o domínio do Sul pelo Norte. Em termos mais profundos, o *Risorgimento* não assumiria caráter nacional-popular. Gramsci explica esse desenvolvimento histórico devido à debilidade da burguesia italiana e ao clima político europeu posterior à Restauração. No entanto, no mesmo parágrafo que destaca esses fatores, observa: “a burguesia não podia (talvez) estender sua hegemonia em direção aos vastos estratos populares – aos quais ela teve sucesso em incorporar na França – (não podia por razões mais subjetivas do que objetivas), mas mesmo assim a ação voltada para os camponeses era certamente uma possibilidade” (IBID., p. 2032).

Aqui os *Cadernos* enfrentam um dos maiores desafios da política. Diria, parafraseando Marx, que a questão é saber até que ponto os homens podem fazer sua história se há condições que não controlam. Já Maquiavel afrontara o dilema, ao se perguntar, usando a linguagem da sua época, até onde poderia ir a *virtù* diante da *fortuna*.

Arriscaria a dizer que o sardo, assim como o toscano, atribui mais importância às condições subjetivas do que às condições objetivas, apesar de *O Príncipe* fazer a ressalva de que a *fortuna* é “árbitra de metade de nossas ações” o “que também deixa ao nosso governo a outra metade, ou quase” (MAQUIAVEL,

2010). No caso de Gramsci a aposta na ação política se revela precisamente no elogio aos jacobinos. Agindo no interior do menos homogêneo dos Estados Gerais, quando as preocupações corporativistas prevaleceriam, teriam sido capazes de impulsionar a Revolução Francesa e tornar a burguesia sua força hegemônica. Não iriam além dos limites de sua classe, como indicaria a Lei do Chapelier e a Lei do Maximum, na verdade, não sendo muito mais do que pequeno-burgueses.

É preciso, porém, relativizar o peso do subjetivo nas considerações dos *Cadernos* a respeito dos jacobinos. Afinal, é destacado que suas ações teriam sido favorecidas por certas condições objetivas prévias: a hegemonia francesa na Europa, a posição de domínio indisputado de Paris no interior da França, a centralização promovida pelo absolutismo. Em termos ainda mais fortes, é criticado, insistentemente, o voluntarismo daqueles que querem repetir o programa de 1789 quando as condições históricas que o originaram já não existem. Em resumo, numa dialética entre o objetivo e o subjetivo, Gramsci defende que é preciso saber “ler” as condições históricas e sociais para se poder agir politicamente. Este é precisamente o papel dos intelectuais.

De maneira similar, Caio Prado Jr. sente a necessidade, em *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, de “ir tão longe”, no caso, à passagem entre o século XVIII e XIX, para abrir caminho para a interpretação do “Brasil de hoje, que é o que realmente interessa” (PRADO JR., 2011, p. 11). Fica assim explicitada a motivação política que move o marxista brasileiro, assim como o marxista italiano, tratando-se, nos dois casos, como destacou Carlos Nelson Coutinho (1989), de se analisar “vias não clássicas de desenvolvimento capitalista”. Tais caminhos para o capitalismo têm justamente como sua principal característica a não ruptura com o passado, tal como ocorreu com a Revolução Francesa. Captura bem esse caráter a fórmula Revolução-Restauração que Gramsci adota do francês Edgard Quinet. Isto é, situações em que as classes dominantes para manterem sua posição reagem à ação, muitas vezes, desorganizada dos grupos subalternos, incorporando parte de suas reivindicações, como percebeu o personagem do romance *O Leopardo*, Tancredi, ao defender que “se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude”, assim como argumentou o governador mineiro Antônio Carlos em favor de que “ façamos a Revolução antes que o povo a faça”. É isso que cria a sensação, tanto no Brasil como na

Itália, do passado parecer ser, para falar como um de nossos autores, uma “permanente atualidade”.

Nas duas formações sociais, segundo Gramsci e Caio Prado Jr., o principal vínculo com o passado se dá devido à não resolução da questão agrária. Nisso, a interpretação dos autores se aproxima da análise de Lênin sobre o que chama de “via prussiana”.⁴ Já o revolucionário russo mostrara que a forma como o capitalismo se estabelece numa determinada sociedade está relacionada com a maneira como resolve o problema da terra. Destaca, em especial, três possíveis vias para o capitalismo: a prussiana, a inglesa e a norte-americana.

Nas palavras do revolucionário russo, “na Alemanha, a transformação das formas medievais de propriedade agrária se processou, por assim dizer, seguindo a via reformista, adaptando-se à rotina, à tradição, às propriedades feudais, que se foram transformando lentamente em fazendas de *junkers*” (LENIN, 1980, p. 63). Tal solução contrasta com os cercamentos realizados na Inglaterra, em que se exerceu violência contra os camponeses e em favor dos latifundiários, e com o fracionamento das propriedades escravistas dos estados do sul dos Estados Unidos, em que a violência foi utilizada em favor da pequena propriedade burguesa. Em termos mais amplos, os casos alemão, italiano e brasileiro podem ser aproximados do que o sociólogo norte-americano Barrington Moore (1983) chamou de “revolução vinda de cima”, em que não se combinou capitalismo com democracia, abrindo caminho para o fascismo e outras soluções autoritárias.

No Brasil, segundo Caio Prado Jr., o mais importante ao se impedir a superação do passado (colonial) estaria na manutenção da grande exploração agrária. Ela seria caracterizada pela produção em grandes unidades trabalhadas por escravos de bens demandados pelo mercado externo. Com a Abolição, o trabalhador deixa de ser escravo para se tornar nominalmente livre, mas persistiriam as péssimas condições de trabalho anteriores, que permitiria sua super-exploração. Nessa referência, a especificidade brasileira, no quadro maior

⁴ No Brasil toda uma linha de interpretação do desenvolvimento histórico do país, que tem em Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e Marco Aurélio Nogueira seus principais nomes, articulou as categorias leninista de “via prussiana” e gramsciana de “revolução passiva” para analisar a modernização conservadora brasileira.

das “vias não clássicas de desenvolvimento capitalista”, está no fato do país ter sido uma colônia.

Estabelece-se nesse contexto o que *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* chama de setor orgânico e setor inorgânico. Teriam vida orgânica as atividades que realizariam o “sentido da colonização”, ou seja, alimentariam o mercado externo dos produtos primários que demandaria. Em outras palavras, corresponderia à grande exploração, organizada em torno de senhores e escravos. Por outro lado, haveria na colônia uma desarticulação entre a produção, voltada para fora, e o consumo da maior parte da população, elemento inorgânico do sistema. O inorgânico corresponderia, em termos gerais, àquilo que não pertence à grande exploração. Ou melhor, como a grande exploração é, na situação colonial, uma realidade impossível de ser ignorada, os elementos que nela têm um papel subalterno. Mas o setor inorgânico se encontraria numa situação caótica. Pertenceria a ele tanto atividades econômicas voltadas para o mercado interno, como a pecuária e a produção de mandioca, como a multidão de atividades de difícil classificação ou inclassificáveis correspondendo, em termos sociais, em grande parte, a “indivíduos de ocupações mais ou menos aleatórias ou sem ocupação alguma” (PRADO JR., 2011, p. 299).

O mais complicado é que, em boa medida, é nesse setor que Caio Prado Jr. pensa encontrar os fundamentos de uma futura nacionalidade brasileira. Não por acaso, *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* trata do momento em que “aquele ‘organismo social completo e distinto’, constituído no período anterior, começa a se transformar” (IBID., p. 299), isto é, o inorgânico ganha importância diante do orgânico. Mas como superar a colônia a partir do setor inorgânico, se o que caracterizaria seria a desorganização? Há aí, indubitavelmente, como indicou Maria Odila Leite da Silva (SILVA, 1989), um impasse. Mesmo assim, pode-se dizer que a nação, tal como a entende o marxista brasileiro, deve ser a negação da colônia. Conseqüentemente, se o que marcaria a colônia seria estar voltada para fora, para o mercado externo, a nação deveria ter como fundamento produzir para dentro, para o mercado interno. Ora, aqueles ativos no setor inorgânico, por escolha ou falta dela, estão direcionados para o mercado interno.

Mas se a perspectiva de “longa duração” de *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* enxerga a transformação que estaria conduzindo à passagem da colônia à nação sem dar grande espaço a eventos, em livro anterior, *Evolução política do Brasil*, Caio Prado Jr. presta bastante atenção a um acontecimento específico: a independência. Sua análise desse processo aproxima-o, de maneira notável, como já indicara Coutinho (1989), da interpretação de Gramsci a respeito do *Risorgimento*.

Toma como fato decisivo da emancipação política do Brasil a transferência, em 1808, da corte portuguesa para o país. Tal iniciativa faz com que, em contraste com as antigas colônias da Espanha na América, a separação da metrópole não ocorre em razão de conflitos violentos com a metrópole, que contam com a participação popular, mas é um simples “arranjo político”, realizado “praticamente à revelia do povo” (PRADO JR., 2011, p. 31).

Em termos mais específicos, *Evolução política do Brasil e outros estudos* nota como, desde a Revolução Liberal do Porto de 1821, forma-se no Brasil, a exemplo de Portugal, um partido democrático que enfrenta a reação. Destaca, entretanto, como entre os dois surge um terceiro grupo, “menos definindo e hesitante em suas atitudes”, que se torna o núcleo do chamado partido brasileiro. Esse partido, que tem em José Bonifácio seu principal líder, é composto por gente interessada na permanência da corte no Rio de Janeiro. Com a volta de Dom João VI a Portugal, passam, todavia, a não ter mais escolha a não ser de trabalhar pela independência. Isso ocorre até porque essa é “a única solução normal do seu problema político, o único meio de impedir o contágio revolucionário e impedir o progresso da democracia” (ID., 2012, p. 201). Devido ao objetivo imediato da independência, ocorre mesmo uma momentânea união das forças políticas brasileiras.

Em outras palavras, o medo que as classes dominantes sentem de uma possível mobilização popular é um dos principais motivos da emancipação política. Nessa referência, a maneira como Caio Prado Jr. interpreta a independência brasileira coincide com a análise de Gramsci a respeito da revolução-restauração: ocorrência que se dá como reação à possibilidade de transformação de “baixo para cima”.

Merece também destaque a atenção que *Evolução política do Brasil* concede às revoltas da Regência, ocorridas num momento em que o Estado brasileiro

ainda não estava consolidado. O livro, como sabe seu autor – e se pode constatar pelo Prefácio – é dos primeiros trabalhos de história brasileira a prestar atenção a movimentos populares do período, como a Cabanada do Pará, a Balaiada do Maranhão e a Revolta Praieira de Pernambuco. Todas elas são, porém, derrotadas, o que reflete as dificuldades da ação política dos grupos subalternos durante o Império. Pode-se, portanto, afirmar que o jacobinismo, numa situação como a brasileira, não é mesmo uma possibilidade remota. Ou melhor, não se pode contar com os escravos que, a rigor, não fazem parte da nação, ao passo que os homens livres pobres vivem os “impasses do inorgânico”. Nas palavras do marxista brasileiro: “mais do que classes nitidamente constituídas, formavam antes simples aglomerados de indivíduos” (IBID., p. 64 e 65).

Gramsci e Caio Prado Jr., escrevendo em momentos diferentes e em situações variadas, sem exercerem influência um sobre o outro, coincidem em muitas de suas considerações. Ao fazerem uso do marxismo de maneira original, interpretam os processos que dão origem ao Estado-nacional italiano e brasileiro como revoluções pelo alto, que não rompem com o passado. Nisso, destacam como não se mexe na questão agrária, o que impede a formação de uma vontade nacional-popular. Faltaria, em especial, uma força política como a dos jacobinos – o que na Itália do *Risorgimento* talvez fosse uma possibilidade, mas no Brasil da independência era, no máximo, uma miragem. Mais, defendem resolver o problema por meio da política: incorporando na Itália os camponeses a um bloco histórico conduzido pelo proletariado, levando em conta no Brasil as necessidades do setor inorgânico. Tal programa está ancorado na percepção por parte dos dois autores de que a relação entre o suposto “moderno” e o suposto “arcaico” nas suas formações sociais não é de oposição, mas de contradição.

No entanto, seus projetos não tiveram sucesso. Como resultado, pode-se apontar que, infelizmente, nossos problemas ainda são, em boa medida, os de Gramsci e Caio Prado Jr.

Referências bibliográficas

- ADAMSON, W. L. *Hegemony and socialist revolution: a study of Antonio Gramsci's political and cultural theory*. Berkeley: University of California Press, 1980.
- COUTINHO, C. N. "Uma via não clássica para o capitalismo". In: D'Incao, M. A. (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Brasiliense 1989.
- DIAS, M. O. S. "Os impasses do inorgânico". In: D'Incao, M. A. (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Brasiliense 1989.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. V. III. Torino: Giulio Einaudi editore, 2001.
- LENIN, V. *O programa agrário*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. São Paulo: Penguin Classics /Companhia das Letras, 2010.
- MOORE, B. *Origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- NOVAIS, F. "Caio Prado Júnior na historiografia brasileira". In: Moraes, R. et al. *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PERICÁS, L. B. *Caio Prado Júnior: uma biografia política*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- PRADO Jr., C. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011,
- RICUPERO, B. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000.